
**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DÊBENTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA,
EM SÉRIE ÚNICA**

ENTRE

ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA
como Emissora,

E

PENTÁGONO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente
emissão*

Datado de

13 de junho de 2007





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

Pelo presente instrumento particular,

ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA, sociedade anônima com sede na Rua José Alexandre Buaiz, nº160, 8º andar, Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 28.152.650/0001-71, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);

E, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200 – Bloco 04 – Grupo 514, inscrita no CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”);

Vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Emissora (“Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 29 de maio de 2007 (“RCA”), conforme faculdade prevista no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, nominativas, escriturais, em série única (“Emissão” e as “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Oferta” e “Instrução CVM 400”, respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata de RCA

2.1.1. A ata da RCA será arquivada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (“JUCEES”) e será publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e no Valor Econômico, edição nacional e nos jornais A Gazeta e A Tribuna.



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
– ESCELSA

2.2. Inscrição da Escritura

2.2.1. A presente Escritura e seus aditamentos serão inscritos na JUCEFS, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, em até 10 (dez) dias da data de sua respectiva celebração.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.3.1. A Oferta será registrada na CVM na forma da legislação e regulamentação aplicável.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID

2.4.1. A Oferta será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 21 e seguintes do Código de Auto-Regulação ANBID para Ofertas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 09 de maio de 2006 (“Código ANBID”).

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário (i) através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (“ANDIMA”), sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BovespaFix (“BovespaFix”), administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo (“Bovespa”), sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”).

2.5.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) através do SND - Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BovespaFix, administrado pela Bovespa, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto (a) realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a elaboração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, podendo participar de outras sociedades para a realização de seus objetivos sociais; (b) desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados através de suas



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

instalações, observada a legislação pertinente; a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores, cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios, visando a maior eficiência no uso e na oferta de eletricidade; e (c) integrar grupos de estudo, grupos de sociedade ou quaisquer outras formas associativas com vista a pesquisa de interesse do setor energético, à formação de pessoal técnico a ele necessário, bem como à prestação de serviços de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica.

3.2. Número de Emissão

3.2.1. A presente Escritura contempla a 2ª emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) (“Valor Total da Emissão”), na Data de Emissão, conforme definida no item 4.1.8 a seguir.

3.3.2. De acordo com as condições de mercado e de demanda pelos investidores, para a aquisição das Debêntures, à época da realização da colocação das Debêntures, a Emissão (i) poderá ser aumentada por lote suplementar, a critério dos Coordenadores, equivalentes a até 15% (quinze por cento) o Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, nos termos do artigo 24, da Instrução CVM 400 (“Lote Suplementar”), exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Processo de *Bookbuilding*; e (ii) poderá ser aumentada, a exclusivo critério da Emissora, em montante que corresponda a, no máximo, 20% (vinte por cento) do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, nos termos do artigo 14, da Instrução CVM 400 (“Quantidade Adicional”). Sem prejuízo do disposto nos itens 3.3.3. e 3.3.4. a seguir, quaisquer Debêntures objeto de Lote Suplementar e/ou Quantidade Adicional serão colocadas observados os procedimentos aplicáveis às demais Debêntures objeto da Emissão, inclusive com observação ao item 4.3.1, a seguir.

3.3.3. Conforme estipulado no Contrato de Distribuição, definido a seguir, os Coordenadores deverão decidir, em comum acordo com a Emissora, sobre a conveniência da opção pelo Lote Suplementar. As Debêntures objeto do Lote Suplementar serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição.

3.3.4. Caso a Emissora decida exercer sua opção de emitir uma Quantidade Adicional de Debêntures, referidas Debêntures objeto de Quantidade Adicional serão colocadas sob o regime de melhores esforços de colocação nos termos do Contrato de Distribuição.

3.3.5. Caso seja decidido o exercício do Lote Suplementar e/ou da Quantidade Adicional, o Conselho de Administração da Emissora ratificará tal procedimento e a presente Escritura de Emissão, por meio de aditamento a ser registrado na JUCEES.



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. Os recursos a serem captados na distribuição das Debêntures serão destinados integralmente ao pagamento das *Sênior Notes* emitidas pela Emissora em 15 de julho de 1997.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, ressalvado o Lote Suplementar e a Quantidade Adicional descritos nos itens 3.3.2 a 3.3.5 desta Escritura, com intermediação das instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação no mercado por meio do SDT, observado o procedimento de distribuição previsto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Regime de Garantia Firme” (“Contrato de Distribuição”) celebrado entre a Emissora, o Banco Bradesco BBI S.A., o Banco ABN AMRO Real S.A. e o Banco Citibank S.A. (os “Coordenadores”), de acordo com o plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, que levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial e estratégica, levando-se em consideração, ainda o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400.

3.5.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início da Oferta e a disponibilização do Prospecto Definitivo (conforme definido a seguir) aos investidores.

3.6. Limite Legal

3.6.1. Nos termos do parágrafo 4º do artigo 60 da Lei das Sociedade por Ações, à Emissão das Debêntures da espécie subordinadas não se aplicam os limites estabelecidos neste artigo.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (conforme definido a seguir) (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, ressalvada a possibilidade de emissão de Lote Suplementar e Quantidade Adicional de Debêntures, conforme previsto nos itens 3.3.2 a 3.3.5, acima.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em uma única série.



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

4.1.4. Tipo e Forma: As Debêntures são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelar ou certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Citibank S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão (“Banco Mandatário e Escriturador”). Adicionalmente, será expedido pelo SND “Relatório de Posição de Ativos”, acompanhado de extrato, em nome do titular das Debêntures (“Debenturista”), quando depositadas no SND e, para as Debêntures depositadas na CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista emitido pela CBLC, que igualmente servirá como comprovante de titularidade de Debêntures.

4.1.6. Espécie: As Debêntures são da espécie subordinada.

4.1.7. Conversibilidade: As Debêntures são não-conversíveis em ações.

4.1.8. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão é 02 de julho de 2007 (“Data de Emissão”).

4.1.9. Prazo e Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 07 (sete) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 02 de julho de 2014 (“Data de Vencimento”). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento, em uma única parcela do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures que ainda estiverem em circulação, acrescido da Remuneração (conforme definido a seguir) devida na Data de Vencimento.

4.2. Remuneração

4.2.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário a partir da Data de Emissão, a serem pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido a seguir) de acordo com a fórmula a seguir. A taxa de juros aplicável às Debêntures será definida em procedimento de *bookbuilding*, observada a taxa máxima de 105,0% (cento e cinco por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos DI “over extra grupo” – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, expressa na forma percentual ao ano (“Taxa DI”)

4.2.1.1. Ao final do procedimento de *bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificará o percentual da Taxa DI que será aplicável as Debêntures.

4.2.2. Atualização: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.2.3. Amortização: As Debêntures serão objeto de amortização do principal em três parcelas anuais e consecutivas, no final dos 5º, 6º e 7º anos, conforme datas a seguir 02 de julho de 2012, 02 de julho de 2013 e 02 de julho de 2014, cada uma, uma (“Data de Amortização”), respeitadas as seguintes proporções:



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

Data de Amortização	Percentual de Amortização
02 de julho de 2012	33,33%
02 de julho de 2013	33,33%
02 de julho de 2014	33,34%

4.2.4. Juros Remuneratórios

4.2.4.1. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios nos termos do item 4.2.1 acima, apurados com base na acumulação da Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido a seguir), conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento (exclusive) (“Remuneração”). A definição da taxa de juros será realizada em processo de *bookbuilding*.

4.2.4.2. Periodicidade de Pagamento da Remuneração: Semestral, a partir da Data de Emissão.

4.2.4.3. Fórmula para Cálculo da Remuneração: A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VN \times (\text{Fator DI} - 1)$$

Onde:

J= valor da remuneração, devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN= Valor Unitário das Debêntures no início de cada Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado da Debênture, conforme o caso, informado/calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = Produtório das taxas DI Over com uso percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, calculado com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k \times S)]$$

Onde:

n_{DI} = número total das taxas DI Over consideradas na atualização, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro;

S = percentual aplicado sobre a taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais, definido em processo de *bookbuilding*, previsto na Cláusula 4.2.1 acima;



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 3 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 02 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "dk " um número inteiro);

Observações:

O fator resultante da expressão (1 + TDI_k x S) é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDI_k x S), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.4.4. Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração seguinte, exclusive.

4.2.4.5. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.2.4.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
– ESCELSA

4.2.4.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, o Agente Fiduciário deverá, no primeiro dia útil seguinte ao prazo de 10 (dez) dias ora mencionado, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.4.7.1. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.2.4.8. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, será utilizado o parâmetro que vier a substituí-lo, devendo o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da substituição, convocar AGD, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, para ratificar o parâmetro a ser aplicado.

4.2.4.8.1. Em caso de substituição da Taxa DI por outro índice equivalente no mercado, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, convocar AGD, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, para definir, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.4.9. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu conseqüente cancelamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI disponível, conforme o caso; ou
- (ii) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu conseqüente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nessa alternativa, caso a Emissora pretenda realizar o resgate das Debêntures em mais de uma data, o resgate deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

Lei das Sociedades por Ações. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para resgate das Debêntures e até o resgate integral das Debentures será utilizado o parâmetro de remuneração a ser definido em AGD, por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, apresentada à Emissora na AGD a que se refere este item.

4.2.4.10. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CBLC e/ou CETIP ou por meio do banco mandatário das Debêntures para os Debenturistas que não estejam com suas debêntures depositadas em custódia vinculada ao BovespaFix e/ou ao SND.

4.3. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.3.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: A integralização será à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação da CETIP, ao preço de subscrição das Debêntures, que será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido a seguir), calculada *pro rata temporis* desde a data de Emissão até a data da efetiva integralização das Debêntures (“Data da Subscrição”).

4.3.2. Pagamento da Remuneração: O pagamento da Remuneração será feito semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 02 dos meses de julho e janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em janeiro de 2008 e o último pagamento em julho de 2014 (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

4.3.3. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos mesmos termos da presente Escritura, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pelo CBLC e/ou CETIP ou por meio do banco mandatário das Debêntures para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures depositadas em custódia vinculada ao BovespaFix e/ou ao SND.

4.3.4. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.3.5. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
– ESCELSA

independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para a cobrança, desde que devidamente comprovadas.

4.3.6. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou encargo moratório no período correspondente à data em que os recursos foram colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.7. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que caso o Debenturista não envie a referida documentação à Emissora, esta fará as retenções de tributos conforme previsto em Lei.

4.4. Repactuação

4.4.1. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

4.5. Resgate Antecipado

4.5.1. Observado o disposto no item 4.2.4.9. acima, bem como na Cláusula V desta Escritura, não haverá resgate antecipado das Debêntures.

4.6. Aquisição Facultativa

4.6.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, adquirir as Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, conforme o caso acrescido da sua respectiva Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

4.7. Publicidade

4.7.1. Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, em até 10 (dez) dias, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – Internet (www.escelsa.com.br).



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

4.8. Liquidez e Estabilização

4.8.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.9. Fundo de Amortização

4.9.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V
VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observado o disposto nos itens a seguir e o prazo de carência do item “a” abaixo em relação ao evento nele previsto, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente e automaticamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso ou notificação, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático”):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à Remuneração das Debêntures, não sanada em 02 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento;
- (b) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela Emissora no prazo legal;
- (c) pedido de auto-falência formulado pela Emissora;
- (d) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
- (e) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (f) perda da concessão para distribuição de energia elétrica; e
- (g) transformação da Emissora em sociedade limitada.

5.2. O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 15 (quinze) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos listados a seguir, observados os respectivos prazos de carência previstos abaixo, AGD para deliberar



12

ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
– ESCELSA

sobre a declaração do vencimento antecipado das Debênturas, a ser realizada observado o quorum específico estabelecido na Cláusula 5.3., na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“Vencimento Antecipado por meio de AGD”):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, exceto as previstas nas alíneas “a” “g” do item 5.1. acima, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data do inadimplemento;
- (b) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em valor unitário ou cumulativo igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia nesta Escritura;
- (c) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei 6.404/76;
- (d) descumprimento pela Emissora da manutenção dos índices financeiros nos limites a seguir estabelecidos nas datas das suas respectivas apurações, com relação às datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano:
 - a. relação Dívida Bruta/EBITDA, não superior a 3,5; e
 - b. relação $(EBITDA \text{ no período de apuração} + \text{Caixa no início do período de apuração} + \text{Linhas de Crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração} + \text{aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsado durante o período de apuração}) \div (\text{despesa financeira bruta no período de apuração} + \text{porção da dívida vincenda durante o período de apuração} - \text{receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração} - \text{receita financeira de operações de swap e hedge no período de apuração})$ não inferior a 1,0.

Para fins da presente Cláusula 5.2. (e) “Dívida Bruta” representa a dívida financeira total subtraída dos empréstimos regulatórios do BNDES; “EBITDA” é o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização; e “Caixa” significa disponibilidades acrescidas das aplicações financeiras.

Os índices financeiros estabelecidos acima serão apurados semestralmente, sendo que para apuração do índice mencionado no item (a) acima será utilizado o EBITDA referente ao período de apuração de 12 (doze) meses anteriores à data da apuração e para apuração do índice mencionado no item (b) acima, o EBITDA e as demais informações



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

financeiras utilizadas na equação serão referentes ao período de apuração de 6 (seis) meses anteriores à data da apuração.

- (e) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), exceto se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou (iii) se tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário;
- (f) alienação de controle acionário direto da EDP – Energias do Brasil S.A. (“EnBr”) que acarrete uma redução da classificação de risco (*rating*) corporativo da Emissora, exceto se a EDP S.A., direta ou indiretamente remanescer como detentora do maior número de ações com direito a voto da EnBr e mantiver, isoladamente ou em conjunto com outros acionistas, a maioria do Conselho de Administração da EnBr com direito a voto da EnBr, ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;

5.2.1. Exclusivamente com relação à cláusula 5.2. (a) acima, fica entendido que o Agente Fiduciário somente poderá convocar a AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, após o decurso do período de cura nela previsto.

5.3. Após a realização da AGD mencionada na Cláusula 5.2., o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

5.4. As Debêntures resgatadas em decorrência das hipóteses de Vencimento Antecipado Automático ou Vencimento Antecipado por AGD serão canceladas

CLÁUSULA VI
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, conforme alterada



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

(“Instrução CVM 247”), e demais normas de consolidação emitidas pela CVM, e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;

- (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a Instrução CVM 247 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM, declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (c) cópias das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade de envio dessas informações à CVM;
- (d) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 05 (cinco) dias após as respectivas publicações;
- (e) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- (f) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado referidas na Cláusula V, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;
- (g) cópia de qualquer comunicação enviada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL à Emissora relativa a uma possível causa de término ou resolução de sua concessão; e
- (h) demonstrativo de apuração dos índices financeiros, na forma do item 5.2 (e).

6.1.2. Submeter, na forma da Lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

6.1.3. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das Instruções da CVM aplicáveis.

6.1.4. Estruturar e manter em adequado funcionamento o atendimento aos Debenturistas.



15

ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

- 6.1.5. Contratar agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch (as "Agências de Rating") ou qualquer agência internacional de *rating* que as suceda caso qualquer destas venham a deixar de existir, sendo que na hipótese de opção pela contratação da Fitch, a Emissora deverá contratar também uma das demais Agências de *Rating*, para obtenção de "*rating*", para (i) manter atualizado o relatório de avaliação, com periodicidade mínima de 01 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal avaliação ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco; e (iii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures.
- 6.1.6. Manter válidos e regulares todos os alvarás, concessões, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.
- 6.1.7. Proceder à publicação tempestiva das demonstrações financeiras e dos demais documentos conforme exigidos pela legislação aplicável.
- 6.1.8. Promover a adequada divulgação de atos ou fatos relevantes nos termos da regulamentação aplicável.
- 6.1.9. Manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários.
- 6.1.10. Cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando ainda as informações que lhe forem solicitadas.
- 6.1.11. Notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora ou de suas subsidiárias que impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures.
- 6.1.12. Manter seus bens e ativos devidamente segurados, de acordo com os padrões adotados pelo grupo econômico Energias do Brasil, em que a Companhia se integra.
- 6.1.13. Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures.
- 6.1.14. Cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos.
- 6.1.15. Manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação as declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão.



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

6.1.16. Aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.4 acima.

CLÁUSULA VII
AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

7.1.1. A Emissora constituiu e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

7.2.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas trimestrais de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) cada, sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da Escritura de Emissão, e os seguintes na mesmas data dos trimestres posteriores;
- (b) as parcelas citadas na alínea “a” e “b” supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento até as datas dos pagamentos subsequentes, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (c) as parcelas da remuneração serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, executando-se Imposto sobre a Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (d) a remuneração prevista na alínea “a” acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o agente fiduciário ainda esteja atuando na cobrança na inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora;
- (e) não estão incluídas na remuneração eventuais despesas relativas a viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ser acordadas previamente com a Emissora; e



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
– ESCELSA

- (f) a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma da Cláusula 7.6. a seguir.

7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme disposto no item 7.3.6 a seguir.

7.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo a sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, observado o item 7.3.2 acima.

7.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, o qual deverá ser arquivado na JUCEES.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura, ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Deveres

7.4.1. Além de outros previstos em lei, atos normativos da CVM, ou na presente Escritura, consistem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

- (a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que estejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures e da Emissão, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante a órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, por 03 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 4.7.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (j) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, um dia após a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e, tão logo tenha acesso, a proposta a ser submetida à AGD;
- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata referida assembléia;



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (1.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (1.5) aquisição facultativa e pagamento de remuneração das Debêntures realizadas no período;
 - (1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (1.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (1.8) declaração, sobre aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (1.9) resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
 - (1.10) relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (m) colocar à disposição o relatório de que trata o inciso “l” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (m.1) na sede da Emissora;
 - (m.2) em seus escritórios;
 - (m.3) na CVM;
 - (m.4) na BovespaFix e no SND; e
 - (m.5) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
– ESCELSA

- (n) publicar, às expensas da Emissora mediante aprovação prévia de orçamento, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “m” acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário e Escriturador, a CBLC e/ou a CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital, nos termos do item 4.7.1 acima, (i) no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos na hipótese de descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, nos termos da alínea “a” do item 5.1. acima; (ii) no prazo máximo de 20 (vinte) dias na hipótese de qualquer outro inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à BOVESPA;
- (r) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista no item 6.1.5 acima bem como encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias que tiver ciência de sua divulgação;
- (s) convocar, quando necessário, a AGD; e
- (t) fornecer à Emissora, a cada 15 (quinze) dias e/ou imediatamente quando por solicitação desta, lista de titulares das Debêntures atualizada.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” e “c” acima se, convocada a AGD, esta



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

assim o autorizar por deliberação de unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva assembléia quando a tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” acima.

7.6. Despesas

7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.6.2. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado, em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.6.3.1. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 7.6.3 acima, os Debenturistas impedidos por lei de fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuarem o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação.

7.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
- ESCELSA

- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periódicos que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses Debenturistas.

CLÁUSULA VIII
ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 08 (oito) dias após a data marcada para a instalação da assembleia em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão à todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; (b) as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas das Emissoras; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e seus parentes até segundo grau”.

8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada “Debênture em Circulação” caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, observado que (i) as alterações nas condições de vencimento antecipado não automático (ou seja, cláusula 5.2), alterações referentes à forma, ao resgate e às espécies das Debêntures, bem como os encargos aplicáveis às Debêntures e a periodicidade de pagamento de juros remuneratórios das Debêntures, deverão contar com a aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; (ii) alterações na Remuneração e/ou Prazos e condições de Vencimento, excetuando-se as alterações na Repactuação ou Amortização das Debêntures, bem como nas condições de vencimento antecipado automático (ou seja, cláusula 5.1.) e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições
- (d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e outras autoridades competentes;
- (e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

- (g) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (h) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário.

9.1.1. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

9.2. A Emissora neste ato declara e garante:

- (a) não ter nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (b) que é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (c) que as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm legitimidade e poderes bastante para tanto;
- (d) que a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (e) que todas as autorizações societárias e consentimentos necessários à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (f) exceto pela concessão do registro das Debêntures na CVM e na ANBID, a Emissora está devidamente autorizada e obteve todas as licenças, registros e autorizações, inclusive da ANEEL, necessários à celebração, formalização e cumprimento, conforme o caso, desta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) que os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (c) os limites de endividamento da Emissora previstos no art. 60 da Lei das Sociedades por Ações; ou (d) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (h) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, uma vez que foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade da Emissora;



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

- (i) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, nesta data;
 - (j) os prospectos preliminar e definitivo da Oferta (“Prospecto Preliminar”, “Prospecto Definitivo” e em conjunto os “Prospectos”) conterão, nas suas respectivas datas: (a) todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora, no contexto da Oferta, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, insuficientes, inconsistentes, incorretas ou inverídicas; e (b) as informações, fatos e declarações em relação à Emissora, necessárias para que os investidores possam formar criteriosamente a sua decisão de investimento nas Debêntures, sendo essas informações, fatos e declarações verdadeiras, precisas, claras, atuais, objetivas, em linguagem acessível;
 - (k) as opiniões, análises e previsões (se houver), relativas à Emissora, expressas no Prospecto Definitivo, foram dadas corretamente e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
 - (l) as demonstrações financeiras da Emissora, constantes do Prospecto Definitivo, representam corretamente a posição financeira da Emissora nas datas de sua elaboração e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; e
 - (m) exceto pelas informadas no Prospecto Definitivo, não há, nesta data, nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.
- 9.2.1. A Emissora compromete-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, imprecisas ou incorretas.

CLÁUSULA X
DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

10.1.1. Não se presume a renúncia a quaisquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Custos de Registro

10.2.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.3. Comunicações

10.3.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer uma das partes, nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para Emissora :
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – Escelsa
Rua Bandeira Paulista, nº 530
CEP: 04532-001, SP.
At.: Sr. Carlos Emanuel Andrade
Telefone: (11) 2185-5986
FAX: (11) 2185-5904
E-mail: carlos.andrade@enbr.com.br

Para o Agente Fiduciário:
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Av. Das Américas, 4.200 – Bloco 04 – Sala 514
Rio de Janeiro - RJ
At.: Maurício da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
E-mail: mribeiro@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário e Escriturador:
Banco Citibank S.A.
Av. Paulista, 1.111 – 12º andar
CEP: 01311-100 São Paulo - SP
At.: Rafael Cardenas
Telefone: (11) 4009-3888
Fac-símile: (11) 4009-7029
E-mail: rafael.cardenas@citigroup.com

BOVESPA
Rua XV de Novembro, 275
CEP: 01013-001, São Paulo, SP.
At.: Nelson Barroso Ortega
Telefone: (11) 3233-2222
Fac-símile: (11) 3233-2061
E-mail: gre@bovespa.com.br



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – ESCELSA

CBLCL

Rua XV de Novembro, nº 275

CEP: 01013-001, São Paulo, SP.

At.: Sr. Luiz Felipe Paiva

Departamento: Supervisão de Processos de Custódia

Telefone: (11) 3233-2193/2317

Fac-símile: (11) 3233-2059

E-mail: lpaiva@cblc.com.br / mfonseca@cblc.com.br / lsouza@cblc.com.br

CETIP

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar

CEP: 01009-000, São Paulo, SP.

At. Sr. Fábio Benites

Departamento: Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1664

E-mail: fbenites@cetip.com.br

10.3.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.3.3. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pelo Agente Fiduciário ou pela Emissora.

10.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

10.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

10.5. Efeito Vinculante

10.5.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

10.6. Independência das disposições

10.6.1. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ESCELSA

desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.



10.7. Lei Aplicável

10.7.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Foro

10.8.1. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 13 de junho de 2007.

ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ESCELSA

Nome: Antônio Eduardo da Silva Oliveira
Cargo: Diretor-Presidente

Nome: THOMAS BRULL
Cargo: Diretor Financeiro e Administrativo

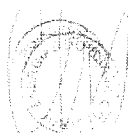
PENTÁGONO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Marcelo da Costa Ribeiro
Cargo: Gerente

Nome: _____
Cargo: _____

Testemunhas:
Nome: Marco Antonio Silva
RG: Gerente
CPF: C.P.F 838.525.658-04

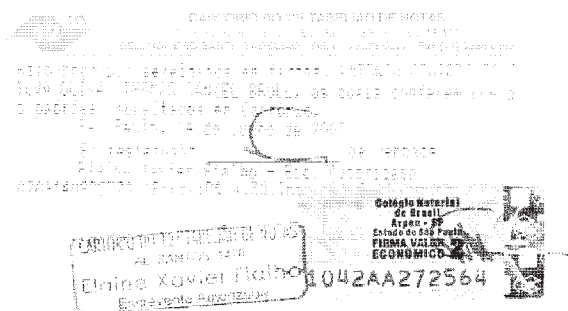
Nome: Frank Andrey Cozer Giesen
RG: CPF 760.506.777-53
CPF: CI 501.839 - SSP/ES




22º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL

Assis Camilo Gomes
Reconhecido (for Semelhança 1 Firma(s) Com 1
MARCELO DA COSTA RIBEIRO
SÃO PAULO, 13 de junho de 2007.
Michel do Lago Souza - Assis Camilo Gomes
Selo(s): 176163-AA.
Op.: MAGND Obs: Valor: R\$ 4,50. C:1414291 Selo(s): 176163-AA.





 **JUNTA COMERCIAL DO EST. ESP. SANTO**
CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/06/2007
SOB N.º ED000386000
Protocolo: 07/048176-8
Empresa: 32 3 0000247 1
NOME DO EMPRESÁRIO: PAULO CESAR BECACICI ESTEVES
NOME DA EMPRESA: ESCELSA
PAULO CESAR BECACICI ESTEVES
SECRETÁRIO-GERAL